

CAPÍTULO 2

ORAÇÕES ENTRELAÇADAS: UMA ILUSÃO HIPOTÁTICA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.111112517032>

Data de aceite: 13/03/2025

Clóvis Luiz Alonso Júnior

Universidade de São Paulo

RESUMO: Pretendo, neste trabalho, desconstruir a ideia de que exista na Língua, desde seu aspecto latino, determinada relação de orações segundo a qual o pronome relativo se limitaria a atuar como nada mais do que elemento conectivo na oração que ele encabeça, sendo componente da oração dita “subordinada” a esta, o que configura a percepção de que haveria certo *entrelaçamento* entre as orações envolvidas, que se têm convencionalmente denominado *orações entrelaçadas*. Na tentativa de desconstrução dessa ideia, contrapondo-me à Gramaticografia tradicional, então me apoiando, metodologicamente, na análise que proponho para o arranjoamento daquelas orações, bem como pressupondo, teoricamente, a validade de (re)atribuir certa compleição semântica ao que a mesma tradição gramaticográfica entende como *conjunção integrante* (a “conjunção” que “integra” a oração “subordinada” à relativa) e ao próprio *pronome relativo*, elementos tradicionalmente considerados

“palavras gramaticais”, em si mesmas “vazias de sentido”; a negativa dessa consideração me aproveita como base do que proponho. Fundamentalmente, afasto da análise a dicotomia “subordinação versus coordenação”, postulando a ancestralidade da **parataxe** como suficiente para a apreciação da ontogênese da Língua e, nomeadamente aqui, para a revisão do que se percebe como entrelaçamento porque não se percebe como paratática aposição.

PALAVRAS-CHAVE: “orações entrelaçadas”; Sintaxe; parataxe.

INTERTWINED SENTENCES: A HYPOTACTIC ILLUSION

ABSTRACT: In this paper, I intend to deconstruct the idea that there is in the Language, from its Latin aspect, a certain relationship of clauses according to which the relative pronoun would be limited to acting as nothing more than a connecting element in the clause that it heads, being a component of the so-called “subordinate” clause to this one, which configures the perception that there would be a certain *interweaving* between the clauses involved, which have conventionally been called *intertwined clauses*. In an attempt to deconstruct this

idea, I oppose traditional Grammaticography, thus relying methodologically on the analysis I propose for the arrangement of those sentences, as well as assuming, theoretically, the validity of (re)attributing a certain semantic complexion to what it grammatical tradition understands as *integrating conjunction* (the “conjunction” that “integrates” the clause “subordinate” to the relative) and to the *relative pronoun* itself, elements traditionally considered “grammatical words”, in themselves “empty of meaning”; the denial of this consideration serves me as the basis of what I propose. Fundamentally, I remove the “subordination *versus* coordination” dichotomy from the analysis by postulating the ancestry of **parataxis** as sufficient for the appreciation of the ontogenesis of Language and, particularly here, for the revision of what is perceived as interweaving because it is not perceived as a paratactic apposition.

KEYWORDS: “intertwined clauses”; Syntax; parataxis.

A suposta natureza relacional intricada do que se tem convencionalmente denominado *orações entrelaçadas* pode ser presumida já por seus modos de definição:

(...) uma construção particular do relativo latino [e do relativo português] como conectivo subordinativo: trata-se de caso de entrelaçamento sintático, em que o relativo serve de conectivo na oração que ele introduz e funciona como constituinte em uma oração subordinada à relativa (...) (LOHNER, 2022, p. 120).

Em ambiente vernáculo, utilizo aqui exemplo extraído de Lohner (*idem*, p. 122), também presente em Bechara (1970 [1960], p. 149) e componente mesmo do conjunto de lexias frasais da língua portuguesa:

“Não faças a outrem o que não queres que te façam.”,

formulação para a qual se pretende reservar ao pronome relativo um papel unicamente conectivo na oração encabeçada por ele — **que não queres** —, a conectar-se essa oração ao nódulo sintático (sempre antecedente em línguas românicas) aqui representado pelo pronome demonstrativo *o*¹,

(*não faças a outrem*

\)

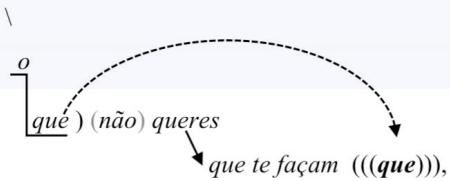
o

que não queres,

conferindo-se ao pronome relativo o estatuto de “constituinte” apenas na oração que se entende “subordinada” à (também “subordinada”) relativa e que aqui é a oração objetiva direta de *queres* — *que te façam* —,

1 Contraponto-me à análise proposta por Pinkster (2021, p. 515), segundo seu modelo de “relativa autônoma”, atentamente explicado por Lohner (2022; vejam-se ali as notas 9 e 13).

(não faças a outrem



na qual, aí sim, o relativo exerce função sintática, nomeadamente a função de objeto direto de *façam*. Então se teriam aí uma oração dita “subordinada” à oração dita “principal” e outra oração dita “subordinada”, ora “subordinada” àquela “subordinada”, ou seja, aí se teriam uma “subordinada” *relativa* — ou “adjetiva” — *restritiva* e uma “subordinada” *substantiva objetiva direta*, observado que a coincidência fonológica e fonética entre as duas ocorrências de *que* seria caso de homônima, ora *pronomé relativo*, ora “*conjunção integrante*”². Teríamos assim uma entidade *que*, pronomé relativo, esquizofrenicamente dividida entre uma atuação de todo assemântica, espécie de elo mecânico entre orações, e uma atuação em que essa entidade segmentalmente não reaparece mas cumpre papel sintático-semântico, e depois teríamos outra entidade *que*, “*conjunção integrante*”, também de todo assemântica, outra espécie de elo mecânico entre orações, ora “*integrando*” a seguinte à medida que a liga à anterior ou interligando as duas à medida que “*integra*” uma delas.

Pretendo desconstruir essa descrição, não para construir descrição mais econômica — entendo que a economia deva interessar aos economistas e aos acumuladores de capital mais do que aos linguistas —, mas para propor relativamente ao fenômeno uma intelecção que lhe restitua a natureza mesma de fenômeno, um fenômeno que possa de fato haver sido processado pela mente de um falante inaugural, um falante humano capaz de lidar com algoritmos exclusivamente inteligíveis, não o falante-semideus que me parece forçoso conceber para que então se conceba uma entidade linguística que está segmentalmente presente numa *expressão de comportamento*, dita *oração*, a qual liga à anterior e na qual não signifique nada, e que significará *in absentia* em expressão de comportamento seguinte.

É bem verdade que nossa mente lida com alta complexidade de relações e parece não se incomodar com a complexidade que há, ou supostamente há, no que se considera entrelaçamento de orações, nada nos dando a impressão de que algo sobeje ali:

(...) os falantes não pensam rotineiramente sobre sua própria língua, eles apenas a usam. É oportuno lembrar que Bakhtin (1986:95)³ chamou a atenção para o fato de que o falante não tem consciência da materialidade do sistema. A língua materna é formada só de idéias, só de emoções, pois, segundo ele^[1] “não são palavras [o] que pronunciamos ou escutamos, mas

2 Note-se o uso de aspas a indicar que discordo da metalinguagem ali acionada porque discordo da concepção que se consagrou sobre o fenômeno então nomeado, conforme se verá abaixo.

3 BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: os problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1929-1930]. (Veja-se a edição citada, aqui, nas Referências.)

verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis". (...) A consciência da materialidade do sistema seria, a propósito, um ruído forte na comunicação que a impediria de realizar-se. (FERREIRA NETTO, 2001, p. 26-7);

(...) a consciência lingüística dos sujeitos falantes não tem o que fazer com a forma lingüística enquanto tal, nem com a própria língua como tal (...) (BAKHTIN, 2006, p. 96);

A palavra da língua *nativa* (...) não é habitualmente percebida como uma palavra carregada de todas aquelas categorias que ela engendrou na reflexão lingüística e que engendrava na reflexão filosófico-religiosa da antiguidade. A palavra nativa é percebida como um irmão, como uma roupa familiar, ou melhor, como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira. Ela não apresenta nenhum mistério. (...) (*idem*, p. 102).

Ao contrário, então, fora do barroquismo do entendimento analítico que reportei acima, aquelas orações parecem fluir. Parecem fluir e fluem, talvez não porque tenhamos aprendido a suportar o caracol desenhado pelo suposto entrelaçamento, mas porque havemos de processar as partes segundo o peso semântico que elas necessariamente comportam, ao arreio da tradição gramaticográfica que postula a existência de “palavras gramaticais” e, ao contrário, bem de acordo com

(...) uma interpretação que re-substancializa a plenitude das “palavras gramaticais”, re-atribuindo-lhes um peso *tático*, em lugar de “hipotático” (...) é exatamente essa re-atribuição de densidade, espécie de autonomia substantiva, o que permite lançar um olhar ontogênico àquelas palavras e a quaisquer outras que possam comportar certo “isto” substancial (...),

empreendimento teórico, presente em Alonso Júnior (2023, p. 724), em que, mais do que me posicionar em desfavor do entrelaçamento, procuro mesmo neutralizar a importância tradicionalmente conferida à paréquia “subordinação *versus* coordenação”, nomeadamente a tradicional consideração de uma verdade ontológica tacitamente atribuída à hipotaxe. Também se veja em Alonso Júnior (2002, *passim*) minha tentativa esforçada de me posicionar contra essa tradição, esforço focalizado justamente na (re)atribuição de certa compleição semântica ao pronome relativo e na consequente proposição da relação ontogênica que se possa haver estabelecido entre o nódulo e a oração relativa ou dita “adjetiva”, uma relação satisfatória da ontogênese que teria encetado o que veio a ser categorizado como subordinação porque veio a ser percebido como tal, sobrepondo-se a hipotaxe a uma parataxe primeva.

(...) La syntaxe de **subordination** représente un état de la langue relativement récent, instituant, entre des propositions à l'origine autonomes, des rapports comparables à ceux qui se sont établis dans la syntaxe du nom (...).

Le latin laisse entrevoir encore dans certains tours l'ancienne autonomie des propositions: des constructions comme *caue cadas* “prends garde de tomber”, *uolo facias* “je veux que tu fasses” signifiaient proprement “prends garde, tu pourrais tomber”, “fais-le, je le veux”. Les subjonctifs *cadas, facias* se justifiaient par eux-mêmes comme marquant la possibilité ou la volonté, et

ils étaient simplement juxtaposés. De cet état, qui est celui de la **parataxe** (gr. παρατάσσειν “placer auprès”), il subsiste des traces dans des formules; et la langue parlée ne s’en est jamais entièrement départie. (ERNOUT; THOMAS, 1972 [1951], p. 291)

Assim, quando ouvimos a formulação

não faças a outrem o que não queres que te façam,

proferida segundo prolação real de sua fonética sintática, ou quando empreendemos sua leitura, reproduzindo a mesma prolação, é bem certo que entendemos a mensagem veiculada e então captada em sua fluência; entendemos o que se nos aconselha a não fazer porque sabemos, ou julgamos saber, o que não queremos que nos façam; entendemos a semântica da formulação, porque apreendemos a substância dos elementos substanciais da mensagem — e porque sabemos algo de nossa própria interioridade —, mas não entenderíamos a sintaxe que ali possa estar e decerto não a teríamos podido formular se de fato fosse uma sintaxe em que os elementos se entrelaçassem à maneira de caracol, desenho incontornável se não se contorna a exigência da subordinação, se não se contorna a suposta imprescindibilidade do modelo hipotático.

Observe-se que não se tem aí a construção descontinuada

não faças a outrem

\

o

que não queres,

em que o pronome relativo desempenha a função sintática de objeto direto de *queres*, sendo, portanto, constituinte da própria oração em que “materialmente” está, com solução de continuidade em relação à construção anterior e igual solução do suposto entrelaçamento.

O que se tem em

não faças a outrem

\

o

que não queres



que te façam

é

que te façam que .. *fazerem-te que*

como objeto direto de *queres*, sendo *que* o objeto direto de *façam* .. *fazerem*, no interior da oração, sem que precise constar “materialmente” ali.

Tomada como inescapável a dicotomia “subordinação *versus* coordenação” em seu fundamento hipotático, é também inescapável o desenho segundo o qual a oração

que não queres

se subordine à oração

não faças a outrem o (“aquilo”)

e a oração

que te façam

se subordine à oração

que não queres,

configurado então o desenho em caracol, em que o pronome relativo parece saltar do lugar no qual atuou como elo assemântico e, à maneira de “atleta acéfalo” (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, p. 14), se precipita a outro lugar para lá dizer alguma coisa, ainda que lá não chegue:

não faças a outrem

\

o



um atletismo desconstruível na medida da (re)semantização que proponho para o pronome, bem como para a dita “conjunção”, subsumindo ambos a uma carga semântica densa, e densa de um teor pronominal-demonstrativo, segundo o desenho

não faças a outrem o : que = “isso” não queres que te façam,

não faças a outrem o : que = “isso” não queres que = “isto” : te façam,

não faças a outrem “aquilo” : “isso” não queres que = “isto” : te façam,

não faças a outrem “aquilo” : “isso” não queres “isto” : te façam,

Não faças a outrem “aquilo” . “Isso” não queres “isto” : te façam. ,

Não faças a outrem o = “aquilo” . Que = “Isso” não queres que = “isto” : te façam. ,

Não faças a outrem o . Que não queres que = “isto” : te façam. ,

Não faças a outrem o . Que não queres que : te façam. ,

Não faças a outrem “tal coisa” . “Qual coisa” não queres que : te façam. ,

“Não faças a outrem ‘aquilo’. Não queres ‘isto’: façam-te ‘aquilo’.” ,

Não faças a outrem o . Não queres que : te façam que. ,

Não faças a outrem o . Que não queres que : te façam . ,



em que proponho uma **aposição paratática** entre o pronome reconhecidamente demonstrativo *o*, “aquilo”, e o pronome que o *re-lata* na continuidade da formulação, ou seja, que o *re-laciona* a essa continuidade, (re)atribuindo-se a esse pronome *re-lator*, *re-lacionador*, *re-latívo*, a natureza de sua atuação demonstrativa, tendo-se, pois, uma aposição paratática entre dois pronomes de teor demonstrativo, em que **proponho que como aposto de o** (vejam-se a interpretação e a proposta de análise que desenvolvo em Alonso Júnior, 2023, *passim*); em pé de igualdade, proponho também uma **aposição paratática** entre a dita “conjunção integrante”, *que*, e a continuidade da formulação, (re)atribuindo-se a essa “conjunção” a natureza de sua atuação então demonstrativa e por isso tida como “conjuncional”, a que ora proponho apor-se a continuidade da formulação oracional que lhe explicita o conteúdo pretendido, ou seja, **proponho então como aposto de que a formulação do comportamento que lhe confere conteúdo semântico-pragmático**, segundo “a paratática aposição à substância *que* da expressão do conteúdo que lhe preencherá discursivamente a generalidade” (ALONSO JÚNIOR, *idem*, p. 727; vejam-se a interpretação e a proposta de análise que desenvolvo *ibi*, *passim*). Note-se que postulo certa relação de espelhamento entre a atuação do pronome relativo e a atuação da chamada “conjunção integrante”, como se um, em âmbito românico, olhasse anaforicamente para o “isso” já-dito e a outra olhasse cataforicamente para o “isto” ainda-a-dizer, ambos atuando como apontadores espaço-frasais, ambos atuando, pois, como **demonstrativos**, e é essa (re)densificação semântica o que permite a aposição paratática, em que uma densidade se coaduna com a outra:

(...) a afinidade entre as substantividades pares é o que ocasiona a paratática aposição de uma à outra, propriamente como um **aposto parataticamente justaposto**, em que uma substantividade acolhe aquela que se lhe apóe, e essa substantividade, acolhedora, ali se mantém, subjacente, nem subordinante nem subordinada, numa ontogênica *taxe*, não “hipotaxe” (...) (ALONSO JÚNIOR, 2023, p. 797).

Essa coadunação, que propugno em sentido ontogênico, primal, arqueológico, afasta a dicotomia “subordinação *versus* coordenação”, depõe a pressuposição de hierarquia, desarticulando as então supostas relações em caracol das “orações entrelaçadas”, relações francamente alheias a um processamento linguístico dotado de um mínimo de iconicidade que o faça verossímil.

O que denomino “sentido ontogênico, primal, arqueológico”, que representei acima por meio de

“*o* :”, “*que* = ‘*isso*’”, “*que* = ‘*isto*’ :”,

talvez cause espécie a uma perspectiva que se insista contemporânea, como um olhar que não abre mão da sincronia em que estamos e de sincronias pretéritas recentes. Em diferentes sincronias em que nossa língua se chamava Latim, fartamente se atestam, porém, usos do pronome relativo dotado da “**certaine autonomie**” de que falam Ernout e Thomas (1972 [1951], p. 333; o negrito é deles) e que, mais do que uma autonomia relativa, bem parece aproximar aquele pronome ao pronome propriamente demonstrativo, inter-identificando esses “dois” pronomes quanto à atuação sintática que aponta elementos frasais mais do que os retoma:

“(...) minime probabili more turpe erat docere quod honestum erat discere (...)”
(SÉNÈQUE LE RHÉTEUR, 1932),

em que não se tem descontinuadamente

(*docere*) ***quod honestum erat*** / (*docere*) ***quod erat honestum*** ,
“(ensinar o) ***que era honesto***”,

assim como não se tinha descontinuadamente

(*não faças a outrem o*) ***que não queres*** ;

tinha-se

(*não faças a outrem o*) ***que não queres que te façam*** ,

assim como aqui se tem

(*docere*) ***quod honestum erat discere*** / (*docere*) ***quod erat honestum discere*** ,
“(ensinar o) ***que era honesto aprender***”,

para o que, entendidas as relações, não proponho então pressupor o entrelaçamento dado pela análise

[*minime probabili more*]

[*turpe erat*]

[*docere (id)*]

[**quod**

[*honestum erat*]

*discere (((**quod**)))),*

[*costume reprovável,*]

[*era torpe*]

[*ensinar o*]

[**que**

[*era honesto*]

*aprender (((**que**)))),*

mas proponho a intelecção sintático-ontogênica dada pela interpretação

[*minime probabili more*]

[*turpe erat*]

[*docere **quod***]

[**quod** *discere*]

[*honestum erat*],

[*costume reprovável,*]

[*era torpe*]

[*ensinar aquilo*]

[**aquilo** *aprender*]

[*era honesto*],

Costume reprovável,

era torpe

ensinar aquilo.

(**Que** =) **Aquilo** *aprender*

era honesto.,

Costume reprovável,

era torpe

ensinar aquilo.

Aquilo

era honesto aprender.,

em que *quod* acumula as funções de um *id* reconhecidamente demonstrativo, que a mais vasta tradição aponta como “elíptico”, e de um *quod* propriamente relativo que eu (re)densifico em seu poder igualmente demonstrativo, **densifico** como proposição minha e **re-densifico** no reconhecimento de uma **potência fórica** já presente em sua natureza. Ora, o sentido daquele estar “elíptico” é o sentido da parataxe, em que os elementos se aproximam na espacialidade da frase, segundo uma aproximação lateral, não vertical, em prescindência da ideia de “hierarquia”, desnecessária para o estabelecimento das relações:

ensinar aquilo

/

aprender “que” = “aquilo”

era honesto ,

docere quod

/

discere quod

erat honestum ,

à equivalência de

ensinar o : que = “isso” era honesto aprender ,

ensinar o : que = “isso” era honesto que = “isto” : se aprendesse,

ensinar “aquilo” : “isso” era honesto que = “isto” : se aprendesse,

ensinar “aquilo” : “isso” era honesto “isto” : se aprendesse,

Era torpe ensinar “aquilo” . “Isso” era honesto “isto” : se aprendesse. ,

Era torpe ensinar o = “aquilo” . Que = “Isso” era honesto que = “isto” : se aprendesse. ,

Era torpe ensinar o . Que era honesto que = “isto” : se aprendesse. ,

Era torpe ensinar o . Que era honesto que : se aprendesse. ,

Era torpe ensinar “tal coisa” . “Qual coisa” era honesto que : se aprendesse. ,

“Era torpe ensinar ‘aquilo’. Era honesto ‘isto’: aprender ‘aquilo’.”

Era torpe ensinar o . Era honesto que : se aprendesse que .

Era torpe ensinar o . Que era honesto que : se aprendesse .

Como outra face da mesma moeda, bem assim se resgata a densidade semântica originária do que veio a ser categorizado como “conjunção” porque passou a ser percebido como elemento conector, uma “conjunção” *integrante* de uma nova oração, a torná-la *íntegra, inteira*, assim como o *relator-relacionador-relativo*, como tal, passou a ser percebido como elemento *conector-conectador-conectivo*, de modo que também se poderia chamá-lo “conjunção” e “conjunção integrante” porque também ele torna *íntegra, inteira*, a nova oração.

Os dois apontadores frasais, pronome relativo e “conjunção integrante”, partilham, então, o caráter **demonstrativo** que pretendo, bem como partilharam a percepção hipotaxizante que se lançou sobre eles, atribuindo-se-lhes certo deslizamento semântico-sintático que os faria passar de demonstradores textuais a conectores oracionais⁴; veja-se que a demonstração fórica, justamente ao demonstrar elementos do texto, atua em prol da *coesão textual* na medida em que os demonstradores, ao apontar, articulam os apontados ao jogo textual e por isso produzem *conexão*. Ora, **essa conexão, textual, parece ter propiciado a sensação de uma conexão frasal**, e isso gramaticaliza os demonstradores em conectores conforme lhes retira a semântica demonstrativa, segundo o entendimento aí lançado, mas esse entendimento, que proponho advindo daquela sensação, não pode retirar da entidade linguística a totalidade do que a compusera. É assim que proponho mantida tanto no pronome relativo como na “conjunção integrante” sua natureza pronominal-demonstrativa, e a manutenção da densidade semântica presente nessa natureza é o que permite o alijamento da imposição hipotática: é, pois, na manutenção daquele “isso” e daquele “isto” demonstrativos que proponho fundamentar-se a permanência da parataxe formativa. Veja-se Alonso Júnior (2002, p. 54), na esteira de Ernout e Thomas (1972 [1951]):

A propósito específico do pronome relativo [Ernout e Thomas] asseveram (*idem*, 138):

“(...) D'une manière générale, le relatif latin, par sa forme pleine et bien marquée, préservait, beaucoup mieux que celui du grec, son autonomie syntaxique vis-à-vis de l'antécédent.”.

“Forme pleine et bien marquée” e “autonomie syntaxique” do pronome relativo aqui se fazem funcionar como argumentos em favor do conteúdo pretendido para o pronome. Esse “conteúdo”, por sua vez (...), “preenche” a proposta de não-subordinação da oração.

4 “(...) L'indo-européen ne paraît pas avoir possédé un pronom strictement affecté à la fonction relative, et les langues historiques se sont procuré cet outil syntaxique en affectant à la fonction relative des pronoms le plus souvent anaphoriques (gr. ὅς, ᾃ [sic: ἣ], ὅ (...)]) (...)” (MONTEIL, 1970, p. 226)

Aqui, evocar a parataxe não é forçar anacronismo em análise; não é transplantar antigo “estágio” lingüístico para apreciação realizada hoje. É recuo àquele “estágio” como veículo para reencontrar linhas do aqui requerido “sentido sintático”; é observar o que “foi” para, com isso, tentar caracterizar melhor o que se acredita “ser” agora, pressupondo-se que valha essa relação, independentemente da ação do tempo, que (...) modifica, descora, mas não destrói aquele sentido.

Insistir naquele “sentido sintático” é expediente argumentativo que bem me serve — por isto o replico aqui, evocando meu próprio discurso (ALONSO JÚNIOR, 2002) — para a defesa de uma parataxe fundamental e fundante, porque é exigência que a parataxe se apoie em elementos essenciais, suficientes para a expressão mínima, necessariamente densos de “sentido”; esse sentido é essencialmente um “sentido sintático”, propriamente um “sentido” no engendramento sintático, certa *ratio* que alija qualquer proposição de automatismo acéfalo: no peso semântico que ali se concentra é que se ancora aquele “sentido sintático”, aquela “autonomie syntaxique” em que as relações se travam inteiras entre os elementos e não se espargem em entrelaçamento assemântico.

(...) La proposition relative se trouvant dans une dépendance très faible par rapport à la principale, le mode y était à l'origine presque aussi libre que dans une phrase indépendante. (...) (ERNOUT; THOMAS, 1972 [1951], p. 334):

esse caráter “quase livre” do modo verbal usado na “subordinação” relativa implica mesmo a densidade semântico-sintática que pretendo, correspondendo à “autonomie syntaxique” das relações integrais e rechaçando o entendimento geral de que a Língua seja regida pela parelha “subordinação-coordenação”, segundo o modelo hierárquico tradicionalmente aceito. O que fundamenta a “quase liberdade” da autonomia é a liberdade ontogênica da parataxe, que desnecessita formular caracóis “subordinativos” porque se autoformula em relações lado-a-lado, segundo a manutenção de informações semânticas primevas, fundantes da Língua.

REFERÊNCIAS

ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. *Gramática Movimental: ontogênese da forma* [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25092023-145254/>. DOI <https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-25092023-145254>.

ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. *Reflexões sobre o Pronome Relativo e a Oração “Adjetiva” em Latim e Português* [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: os problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929-1930].

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970 [1960].

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe latine*. 2^e éd., revue et augmentée. Paris: Klincksieck, 1972 [1951].

FERREIRA NETTO, Waldemar. *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Hedra, 2001.

LOHNER, José Eduardo dos Santos. “Entrelaçamento sintático do pronome relativo latino”. In: *Revista do GEL*, São Paulo, 19 (1): p. 119-45, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

MONTEIL, Pierre. *Éléments de phonétique et de morphologie du latin*. Paris: Nathan, 1970.

PINKSTER, Harm. *The Oxford latin syntax*. v. II: The complex sentence and discourse. Oxford: Oxford University Press, 2021.

SÉNÈQUE LE RHÉTEUR. Préface II. In: _____. *Controverses et Suasores*. v. I. Introduction et notes par H. Bornecque. Paris: Garnier, 1932.